



MOÇÃO

NÃO À PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA

Lisboa, 22 de Outubro de 2011

Sustentado no documento assinado com a troika, o Governo PSD/CDS, pretende concretizar a privatização deste sector, com destaque para o importante grupo Águas de Portugal que arrastará consigo outros importantes serviços e empresas como a EPAL;

Considerando;

Que a água como recurso imprescindível à vida humana deve ser acessível a todos, não pode por isso estar sujeita a apropriação privada e o seu uso ser transformado em negócio de alguns.

Que ao transformar-se em instrumento de lucro deixa de ser um direito universal na satisfação das necessidades humanas e por isso deixa de estar acessível a todos.

Que a Água, pela importância que se reveste para a vida, foi reconhecido pelas Nações Unidas como um direito humano fundamental.

Que sondagens ou estudos de opinião feitos recentemente revelam, que a esmagadora maioria do Povo Português, 70,6% não concorda com a privatização e consideram que o Estado deve manter a gestão e a propriedade do sector da água.

Que pelas dolorosas experiências conhecidas, a gestão privada, atinge sempre os mesmos objectivos, obtenção do máximo lucro que tem como consequências;

Aumento do preço da Água e o agravamento dos custos dos factores de produção;

Exclusão dos mais pobres, por razões de rentabilidade;

Degradação da natureza e da qualidade da Água;

Degradação das infra-estruturas por falta de investimento na conservação;

Incumprimento dos padrões de qualidade ambiental por falta de protecção;

Perda do controlo democrático das populações, perda de direito de participar;

Falta de transparência, porque passa a ser um negócio;

Destruição de postos de trabalho e perda de direitos e regalias laborais, em nome da *eficácia da gestão privada*;



Prejuízos para a economia local, sobretudo para os pequenos empreiteiros, já que as grandes empresas recorrem às empresas ligadas ao grupo;

Perda de um importante sector estratégico para o desenvolvimento da economia Nacional, que tornaria o País mais dependente.

É por estas consequências para a qualidade da nossa vida que é imperativo o debate junto dos cidadãos, das organizações locais, aprofundar esta importante questão para o futuro dos portugueses.

Assim, as organizações presentes no 10º Encontro Nacional do MUSP, reafirmam contribuir, envidar todos os esforços, para a defesa da manutenção da propriedade e gestão pública deste inalienável direito que é a Água Pública.

Grupo Permanente do MUSP

Aprovada por unanimidade